

Governador pode entrar em rota de colisão com Planalto

BRASÍLIA — As críticas do governador Antônio Carlos Magalhães (PFL) à política econômica do governo ameaçam minar a boa convivência entre o Palácio do Planalto e o Palácio da Ondina, sede do governo da Bahia. Percorre a Esplanada dos Ministérios a suspeita de estar em marcha uma campanha de desestabilização do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, sob a batuta de Antônio Carlos, regente do afinado coro de governadores que, ao longo da semana, exigiram mudanças para aliviar a recessão. A bateria de ataques origina dupla interpretação.

Para um grupo de políticos, está claro que o governador quer substituir Marcílio pelo ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Ângelo Calmon de Sá. Segundo outras avaliações, mesmo no governo e com seu partido ocupando vários cargos de primeiro escalão, Antônio Carlos não quer perder a bandeira oposicionista, que continua a ser empunhada pelo PMDB e pelo governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho. Quase inerte, o Planalto não tem reagido publicamente às críticas, a não ser por atitudes esparsas, tomadas pelo ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, tido como dos únicos obstáculos à conquista de espaços cada vez maiores por Antônio Carlos.

O combustível da campanha é a crise fiscal enfrentada pelo governo, que tem feito minguar o dinheiro em caixa e as transferências de recursos federais para Estados e municípios. Em um ano de eleições municipais, a maior parte dos governadores está prestes a

completar 18 meses de mandato sem cumprir seus programas e sem perspectiva de receber verbas federais para execução de obras. A crise atinge em cheio ministérios ocupados por protegidos políticos de Antônio Carlos, grande vitorioso da reforma ministerial.

Na Secretaria de Desenvolvimento Regional, o dinheiro que Calmon de Sá tem em caixa não dará para financiar nem 10% dos 900 projetos aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para receber incentivos fiscais este ano. Ele dispõe de apenas US\$ 300 milhões (Cr\$ 678 bilhões), quando para financiar todos os projetos precisaria de cerca de US\$ 7 bilhões (Cr\$ 15,8 trilhões). No Ministério da Saúde, o ministro Adib Jatene impacienta-se com o calote do Finsocial e culpa os "amigos do governo" e as empreiteiras pela escassez de recursos.

Queixas — Para exibir sua insatisfação, o governador baiano fez, na quarta-feira, um périplo pelos gabinetes do ministro da Agricultura, do secretário de Desenvolvimento Regional e dos presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, em Brasília, para pedir a liberação de recursos. O comportamento de Antônio Carlos contagiou seus colegas. Os governadores de Pernambuco, Joaquim Francisco, e de Sergipe, João Alves, ambos do PFL, também passaram a semana na capital federal, reclamando do rigor da política econômica nas audiências que tiveram com autoridades do governo.

Até o momento, a confiança de Collor em Marcílio não deu sinais de abalos. Na última

reunião ministerial, o presidente advertiu os ministros e os políticos de que não adiantará pressionar o Ministério da Economia para a liberação de recursos. Ele irritou-se também com os comentários, atribuídos a integrantes do grupo político de Antônio Carlos, de que Calmon de Sá estaria de "stand by" para assumir o lugar de Marcílio.

O ministro da SDR estaria até montando uma equipe econômica paralela com a participação de Paulo César Ximenes, representante do Brasil no Banco Mundial em Washington, e de seu chefe de gabinete, Antônio Olinto, antigos colaboradores do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. "É pura fofoca", reage o presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho, ligado ao governador da Bahia. "Ângelo e Marcílio estão sintonzadíssimos." Em pelo menos dois gabinetes da Esplanada dos Ministérios, trabalhasse, no entanto, com a informação de que, a partir de junho, Antônio Carlos poderá aumentar a intensidade das suas críticas a Marcílio.

Tudo dependerá do comportamento da inflação, segundo raciocinam o deputado César Maia (PMDB-RJ) e um parlamentar ligado a Bornhausen. "Ela é o termômetro da verdade neste país", diz Maia. Se, nos próximos dois meses, ela cair para um índice em torno de 15%, Marcílio estará mais forte do que nunca. Se, ao contrário, ela se mantiver até o segundo semestre no patamar dos 20%, a situação do ministro poderá se complicar. "As pressões poderão se tornar irresistíveis", imagina o parlamentar amigo de Bornhausen. (G.E. e R.C.)